

UMA POLÍTICA AMBIENTAL PARA SÃO BERNARDO DO CAMPO

MAURÍCIO WALDMAN¹

Trânsito de cargas perigosas no complexo Anchieta-Imigrantes, poluição sonora, do ar, da água e do solo, industrialização desenfreada, áreas ditas de ocupação desordenada do espaço urbano e a questão da Billings e dos mananciais: eis alguns dos tópicos de uma política ambiental para o município de São Bernardo do Campo às vésperas do seu 428º aniversário de fundação.

De longe, o mais importante elemento deste elenco de problemas é o referente aos 74 km² da represa e aos dois terços da superfície do município, constituídos de área de proteção aos mananciais e por mata atlântica, sistematicamente depredada ao longo das últimas décadas.

A área protegida pela *Lei de Proteção aos Mananciais*, atualmente com *16 anos de existência formal, mas não real*, é uma questão que extravasa os limites de São Bernardo e do mesmo do ABCD.

Como gosta de definir Rodolfo Costa e Silva, engenheiro que idealizou a lei *os mananciais são a caixa d'água da Grande São Paulo*. Rodolfo também pensou esta lei como uma forma de direcionar o crescimento urbano da Grande São Paulo no sentido leste-oeste, cercando-a ao norte e ao sul por uma muralha verde, permitindo um crescimento mais equilibrado para a conurbação.

Mas, o fato da lei não ter sido efetivada determinou a situação que observamos na atualidade, um crescimento selvagem no sentido norte-sul, destruindo a muralha florestada que seria o jardim do "coração do Brasil".

No sul desta região, encontra-se São Bernardo, que está na contingência de tornar-se a ligação terrestre das favelas que avançam de Santos pela Serra do Mar com as que expandem dentro da própria área dos mananciais. Trata-se de uma conurbação perversa, que reflete o descaso social e ecológico vigente no país.

A região dos Mananciais/Billings não constitui um problema ambiental que alguma fórmula misteriosa possa repentinamente resolver. A idealização da Lei de Proteção aos Mananciais incorpora um signo ecológico para a qual a existência do tecido vegetal, a manutenção do nível das águas da represa e a evapotranspiração (umidade proveniente dos vegetais), associa-se ao ciclo das chuvas, geradas pela convecção da umidade, nas altitudes, com as massas de ar frio que em numa peregrinação envolvente e cíclica, percorrem desde sempre esta região.

Retirar a capa vegetal? Problemático, pois assim estaria eliminada a transpiração dos vegetais, abrindo caminho para a erosão laminar, provocada pela água da chuva que drena, periodicamente, o solo siltoso da região. Esta erosão, que provoca assoreamento (isto é, a diminuição do nível da represa), juntamente com o esgoto que não acaba mais, são aliados fiéis da direita encastelada nos projetos hidrelétricos do Estado brasileiro, que não poderia disfarçar, caso consultada, o seu contentamento pela situação.

Graças à ausência de política ambiental, estes setores, saudosistas do regime militar de 1964, podem propor a construção do sistema Juquiá para o abastecimento de água potável para a Grande São Paulo. Juquiá afogará vastas extensões do Vale do Ribeira e expulsará grupos de negros descendentes de escravos, caipiras, pequenos proprietários e ribeirinhos do seu vale ancestral. Estes 200 mil desabrigados serão herdeiros póstumos do milagre brasileiro, o mesmo que construiu Tucuruí para as transnacionais do alumínio no Maranhão.

¹ Sociólogo, Coordenador do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP).

O Projeto Juquiá produzirá energia, mas para quem? Para as indústrias de alumínio do Grupo Votorantim. É preciso recordar esta lição: no Brasil, ninguém constrói barragem apenas para fornecer água, mas principalmente para gerar energia. No caso em questão, para produzir latinhas descartáveis ao custo do descarte da população.

Evidentemente, autoridades competentes dirão que irá faltar água caso Juquiá não seja construída. Porém, não ressalvam ser possível deixar de construir Juquiá no caso de ser encaminhada a despoluição da Billings.

Temos à nossa frente uma santa aliança formada por transnacionais, pelo grande capital nacional, pelos especuladores que vendem terreno nos mananciais e por todos aqueles que, conscientemente ou não, estão colaborando com um projeto antipopular, estabelecendo como meta principal a ocupação de uma área para a qual a política mais racional possível seria sua preservação.

Existem os que ingenuamente falam em *soluções técnicas*.

Recorda Leonardo Boff, a instituição de técnicas de controle ambiental - inclusive pela esquerda, institucionalizada ou não - *corresponde a uma forma de atacar os efeitos, não levando às causas, que conduzem, de forma permanente e sistemática, a esta agressão.*

Esta linha de atuação composta por soluções técnicas já vem de alguns anos. Elas surgem como eterno fogo fátuo no cenário da tecnocracia de plantão. De esquerda ou de direita (a filiação ideológica é indiferente), a visão tecnocrática procura "ajustar" a ecologia ao dinamismo urbano e não compatibilizar o meio urbano ao entorno natural que o cerca.

A visão tecnocrática esquece que, em meio à crise generalizada do meio ambiente, esta não é a hora apropriada para aventuras ou esquemas de papel crepom.

Mas, sua insistência em contornar o problema é a toda prova. Por isso mesmo, seus expoentes insistem em propor os *loteamentos ecológicos*, o *desenvolvimento auto-sustentável*, o *manejo racional* e outras pérolas que atualmente enfeitam os discursos de príncipes, banqueiros e empresários subitamente convertidos à defesa da natureza.

A proximidade da Eco-92 e especialmente do encontro paralelo das Organizações Não-Governamentais (Ongs), constitui um momento de reflexão salutar para São Bernardo do Campo.

A destruição dos mananciais, a contaminação da represa, suas fábricas sem filtro e, acima de tudo, a exclusão social transformada em impacto ambiental, pressiona para a formulação de uma política ambiental séria, justa e decente. Ela deve apontar para o resgate da cidadania dos marginalizados e juntamente com isto, para a recuperação do meio ambiente.

Alguns passos recentes da Administração Democrática e Popular nesta direção foram sua participação no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (com atribuição solucionar a questão da Billings) e também, o debate relacionado com a implantação da Coordenadoria do Meio ambiente de São Bernardo.

Além disso, o movimento ambientalista local elaborou, após meses de paralisação, o texto relativo ao Sistema de Qualidade Ambiental, ao Conselho de Defesa do Meio ambiente (Condema) e, no interior de ambos, a questão da constituição da própria Coordenadoria do Meio Ambiente do município.

Estes textos, reunidos no processo de número 6.269, poderão constituir um passo importante na (re)conquista de um ambiente equilibrado. Ambos aguardam pela redação final a ser realizada pela Secretaria de Planejamento. Quiçá neste debate, possamos enfrentar os desafios ambientais colocados para São Bernardo do Campo.

**AUTORIZADA A CITAÇÃO E/OU REPRODUÇÃO DESTE ARTIGO,
DESDE QUE MENCIONADA A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA QUE SEGUE:**

WALDMAN, Maurício. *Uma Política Ambiental para São Bernardo do Campo*. Jornal Folha de São Paulo, Seção Opinião do Caderno ABCD, S. Bernardo do Campo (SP), p. 20, 07 jul. 1991.

TEXTOS DO MESMO AUTOR RELACIONADOS COM O TEMA:

MEIO AMBIENTE & ANTROPOLOGIA, EDITORA SENAC, 2006.

Saiba Mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=antrop_meio_ambiente_e_antropologia&c=a

ÁGUA E METRÓPOLE: LIMITES E EXPECTATIVAS DO TEMPO, TESE DOUTORADO USP, 2006,

Saiba mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=geog_agua_e_metropole&c=g

**PALESTRAS, CURSOS E OFICINAS SOBRE MEIO AMBIENTE
DESENVOLVIDOS POR MAURÍCIO WALDMAN**

Saiba Mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?c=o&p=cursos_e_palestras

MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal: www.mw.pro.br

Biografia Wikipedia English: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>